



## **Ata da Reunião do Grupo Executivo do Comitê Interministerial para Governo Aberto**

**Local:** Auditório do edifício sede da CGU

**Data:** 17 de julho de 2013

**Horário:** 9h às 11h

- **Membros do Grupo Executivo do CIGA:**

- Carlos Higino Alencar, Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, que presidiu a reunião;
- Maria Vitória, Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Aldino Graef, Assessor Especial da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais (SAG) da Casa Civil da Presidência da República;
- Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Victor Pimenta, Coordenador de Transparência do Ministério da Justiça;

- Ministro Carlos Perez, Coordenação-Geral de Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores;

- Carlos Augusto Araújo, Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda.

- **Demais presentes:**

- Alexandre Cicconello, representante do INESC;

- Giselle Craveiro, representante da sociedade civil junto à OGP;

- André Luiz da Silva, Coordenador do fórum de Transparência e Controle Social;

- Maria Lúcia Amaral, Consocial/SP;

- Marcelo C. da Silva, Estudante;

- Fernanda Machiaveli, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva da Secretaria Geral da Presidência da República;

- Ricardo Poppi, Coordenador de Novas Mídias e outras Linguagens de Participação da Secretaria Geral da Presidência da República;

- Sérgio Nogueira Seabra, Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações estratégicas;

- Roberta Solis Ribeiro, Assessora para Assuntos Internacionais da CGU;

- Cláudia Taya, Diretora de Prevenção da Corrupção/CGU;

- Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência/CGU;

- Felipe Ribeiro Freire, Analista de Finanças e Controle/CGU;

- Camila Augusto, Analista de Finanças e Controle/CGU;

- Júlia Oliveira, Analista de Finanças e Controle/CGU;

## **I. ABERTURA**

**Secretário-Executivo da CGU, Carlos Higino:** saudou a presença de todos e agradeceu a participação da sociedade civil. O secretário-executivo da CGU afirmou que esta reunião é a continuação de um encontro do Grupo Executivo do CIGA, ocorrido no dia 12 de abril de 2013, em que o Grupo solicitou esclarecimentos acerca de algumas propostas de compromissos para o 2º Plano de Ação do Brasil. Depois daquela reunião, os membros do Grupo propuseram a realização de alguns ajustes em 14 propostas. Higino destacou que essa revisão foi importante, pois se tratam de compromissos internacionais e é necessário que seja obtido um consenso por parte dos órgãos para que os compromissos sejam assumidos.

## **II. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO**

O Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da Controladoria-Geral da União, Otávio de Castro Neves, foi o relator das decisões do Grupo Executivo e afirmou que foi finalizada a revisão do 2º Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto. Ele explicou que a unidade de apoio do Grupo Executivo do CIGA realizou questionamentos aos órgãos acerca das propostas em revisão e relatou a situação dessas iniciativas. Das 14 propostas que se encontravam em processo de revisão, quatro advêm de sugestões da sociedade civil. Todas essas foram mantidas, com pequenas alterações textuais.

Além disso, a proposta “Governo Aberto de Verdade” teve, de acordo com o relator, o título alterado para “Dados Abertos no âmbito do Ministério da Justiça”. Já a iniciativa relativa aos indicadores municipais, também em adesão a uma sugestão da sociedade civil, foi dividida em duas propostas, uma da SDH e outra do IPEA. Ambas serão inseridas no 2º Plano de Ação.

A proposta do Ministério da Saúde “Sistema Eletrônico para Consultas Públicas” também será incluída no plano. O texto da proposta Cartão Nacional do SUS foi alterado pelo GE do CIGA e, caso aprovado pelo Ministério da Saúde, será, também, incluída no Plano.

Ficaram excluídas oito ações por se tratarem de procedimentos internos dos órgãos, por serem projetos fora dos objetivos e princípios da OGP, por necessitarem de um maior tempo para discussão e maturação ou por serem ações sem orçamento que garantam sua concretização.

Esse foi o caso de cinco propostas advindas da Advocacia-Geral da União, duas do Ministério da Integração Nacional e uma da Controladoria-Geral da União.

O relator ressaltou ainda que foram incorporados ao Plano tanto o projeto relativo à convenção 169 da OIT quanto a iniciativa que trata da reformulação dos atuais programas de proteção.

Ele ponderou que o fato de uma iniciativa não integrar o Plano de Ação não significa que ela não será desenvolvida. Isso porque os órgãos poderão implementá-las mesmo que não ela não seja considerada um compromisso internacional junto à OGP.

**Neves** também afirmou que, em cerca de 10 dias, a Controladoria-Geral da União deve publicar o documento final da “Devolutiva do 2º Plano de Ação brasileiro para Governo Aberto” contendo as justificativas pela adesão parcial a algumas propostas da sociedade civil e explicando eventuais alterações no escopo dos projetos, em relação às ações que passaram pela revisão.

**Maria Vitória, assessora especial da SGPR,** afirmou que apoia e concorda com todos os encaminhamentos realizados pelo GE do CIGA. Destacou, ainda, que várias demandas da sociedade civil foram contempladas.

**A Diretora de Programas da Secretaria-Executiva do MPOG, Miriam Chaves,** elogiou o trabalho realizado no processo de revisão. Disse que esse processo foi importante para que conseguissem redigir os compromissos da melhor maneira possível, contemplando tanto os interesses da sociedade civil quanto os do governo. Miriam mencionou que um dos cinco pactos propostos pela Presidenta Dilma Rousseff é relacionado à transparência. Além disso, afirmou que o Ministério do Planejamento está trabalhando para contribuir com o incremento da transparência, principalmente por meio da INDA. A diretora mencionou ainda que o Ministério está incentivando a criação de planos institucionais de dados abertos e o Ministério da Justiça é um dos primeiros órgãos que já manifestou interesse na elaboração de seu plano institucional.

**O Ministro Carlos Perez, do Ministério das Relações Exteriores,** cumprimentou os presentes e elogiou o processo para a formulação do 2º Plano de Ação do Brasil. Ele destacou a importância de se encontrar soluções conciliadoras para diversos elementos constantes no Plano e que isso contribuirá para que os resultados compromissos sejam significativos.

### III. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

**Gisele Craveiro, representante da sociedade civil no grupo de trabalho criado para a construção do segundo plano de ação da OGP,** afirmou que acompanha a OGP desde a 1ª reunião para a formulação do 1º Plano de Ação. Disse que houve melhoras no processo de elaboração do 2º Plano em comparação com o processo do 1º, pois houve a utilização de novos mecanismos que possibilitaram uma maior participação da sociedade civil, como o diálogo virtual e o presencial.

Ela afirmou que ocorreram muitos avanços, mas que é preciso avançar ainda mais. Craveiro considerou que os compromissos irão enfrentar situações altamente complexas e que a sua solução demandará a atuação de múltiplas redes. Para isso, será necessário que a sociedade civil trabalhe e avance sua própria rede e que o Governo Federal faça o mesmo. As redes poderão, portanto, trabalhar em conjunto e se aproximar cada vez mais, já que, para Gisele Craveiro, governo aberto significa corresponsabilização e parceria.

Ela afirmou que imagina a criação de novas instâncias participativas no âmbito da OGP num futuro próximo, pois considera que há outras organizações da sociedade civil que também podem contribuir para o processo.

Mencionou que participou, recentemente, de uma reunião com membros da sociedade civil participantes da OGP de outros países como Estados Unidos, Reino Unido, Indonésia e México e disse esperar que as boas práticas desses países sejam adotadas no Brasil, principalmente no que se refere ao monitoramento do Plano e à criação de novos mecanismos de participação.

**Alexandre Ciconello, representante do INESC,** reconheceu os avanços do processo de elaboração do 2º Plano, em relação ao processo do primeiro. Ele citou os avanços trazidos pelo diálogo entre governo e sociedade civil conduzidos no encontro virtual e no presencial. Quanto ao diálogo presencial realizado em Brasília no mês de março de 2013, ele destacou que ocorreu a entrada de novos atores da sociedade civil, como organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Ciconello considerou que a OGP Internacional também avançou. Ele citou a criação dos processos de revisão e do Mecanismo de Avaliação Independente, que trazem novas forças e oportunidades para a Parceria e para que os compromissos sejam cumpridos e, assim,

avancem internacionalmente. Ele ponderou também a importância de o CIGA acompanhar a implementação dos compromissos assumidos pelo país.

Afirmou que uma das expectativas da sociedade civil é que o CIGA se torne paritário, incorporando membros da sociedade civil. Disse ainda que houve uma insatisfação da sociedade civil em relação ao fechamento do processo de elaboração do plano, que não ficou tão claro o porquê de algumas propostas terem sido incorporadas ao Plano e outras não. Ciconello citou ainda a experiência de alguns países, como México e Inglaterra, nos quais ocorrem reuniões mais frequentes entre governo e sociedade civil e disse esperar que isso passe a ocorrer no Brasil também. Ressaltou a importância da criatividade e do trabalho em conjunto na formulação de novos compromissos. Ciconello disse ainda que as manifestações no país convidam tanto o governo quanto à sociedade civil a trabalhar por cada vez mais e melhores formas de participação.

**André Luiz da Silva, Coordenador do fórum de Transparência e Controle Social**, parabenizou a CGU e o CIGA pelo trabalho conduzido. Afirmou que o governo pode contar com o envolvimento da sociedade civil na OGP.

#### **IV. ENCERRAMENTO**

Citando a última reunião da OGP internacional realizada em julho de 2013, em Londres, **Otávio Neves** afirmou que a palavra de ordem é ambição e o processo de crescimento do Brasil, em relação às políticas de governo aberto, reflete isso tanto no que tange à quantidade e à qualidade das propostas, quanto no que se refere ao processo de participação social. Neves ressaltou a existência de 52 compromissos assumidos por 18 órgãos, sendo que o 1º Plano contou com 32 compromissos assumidos por apenas 7 órgãos. Citou também o fato de terem sido entregues 11 ações de governo aberto além daquelas previstas no 1º Plano de Ação.

Neves citou também a criação do Portal da OGP no Brasil, que terá o papel de informar sobre os avanços da Parceria e de ser uma instância de diálogo entre os atores.

Sobre o OGP Internacional, afirmou que o Mecanismo de Avaliação Independente está em vias de entregar a versão preliminar do relatório de avaliação sobre a implementação dos compromissos do 1º Plano de Ação. Tal relatório será objeto de comentários tanto pelo governo quanto pela sociedade civil. Citou a realização do Encontro Internacional da OGP em

Londres, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2013. Informou que o site da OGP internacional possui um campo por meio do qual é possível enviar propostas e temas para discussão no Encontro. Afirmou ainda que espera que a OGP internacional, a exemplo do que fez no último encontro internacional, apoie a ida de membros da sociedade civil do Brasil para o encontro em Londres.

Por fim, solicitou que os órgãos do Grupo Executivo do CIGA indiquem representantes para formular estratégias para o processo de criação do 3º Plano de Ação, para monitorar a implementação dos compromissos e para trabalhar junto ao grupo de trabalho da sociedade civil.

**O Secretário-Executivo da CGU, Carlos Higino**, destacou que, apesar de a CGU coordenar o processo de elaboração do Plano, os trabalhos relativos à OGP permeiam vários órgãos do governo e ressaltou que o Governo Federal fará um esforço contínuo para avançar na implementação dos compromissos. Afirmou que é gratificante ver a conclusão desse processo e ressaltou a importância e a obrigatoriedade de o governo e o servidor público prestar contas à sociedade. Ele citou como exemplo o mais recente avanço na transparência pública, que é a publicação pelo Ministério da Defesa das informações relativas aos aviões da Força Aérea Brasileira. Higino afirmou que essa iniciativa é um exemplo de transparência e de prestação de contas à sociedade.

Nada mais havendo a tratar, o **Secretário Executivo Carlos Higino** agradeceu à presença de todos e encerrou a sessão.

